

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2002

Solicita seja convocado o Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato Souza, a fim de prestar esclarecimentos sobre denúncias de cobrança de propina na venda da Companhia Vale do Rio Doce.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, do Regimento Interno, que ouvido o plenário, se digne adotar providências para que seja convocado o Ministro de Estado da Educação, Sr. Paulo Renato Souza, para comparecer a esta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre denúncias veiculadas na imprensa de cobrança de propina na venda da Companhia Vale do Rio Doce.

JUSTIFICAÇÃO

As declarações contidas em longa reportagem estampada na última edição da revista “Veja” despertaram, uma vez mais, a revolta de nossa cidadania. E uma revolta que resulta não do fato de ali estarem envolvidos candidatos ou pré-candidatos, autoridades de maior ou menor porte. Nada disso. A revolta, agora, reflete um sentimento de há muito esposado pelos brasileiros, o de que a impunidade é, sem sombra de dúvida, a causa maior para que a corrupção, no país, se espraie e vá ocupando, a cada dia, espaços sempre maiores e mais ousados.



Temos longa embora recente experiência sobre a matéria. Vimos e ouvimos as denúncias quanto à compra e venda de votos para garantir a reeleição do Sr. Presidente da República. O Palácio do Planalto assistiu calado ao ato de cassação de mandato de alguns parlamentares ali envolvidos. Mas se movimentou, sempre nos bastidores, para impedir que o processo de apuração fosse até o fim. Resultado: a dúvida que pairou sobre a ação das autoridades federais e outras se foi engrossando, tomando corpo, mas acabou como que recolhida ao campo de ressentimentos e frustrações que nos são comuns.

Denúncias quanto a verdadeiros assaltos aos cofres da SUDAM, envolvendo o ex-Senador Jáder Barbalho et caterva também ficaram sem uma resposta efetiva, senão aquele vago anúncio de que tudo estaria sendo apurado, o que, estamos vendo, não é a inteira verdade. Novos ressentimentos, e, pior que isso, aquela sensação de impotência que se apossa de nossa cidadania ao se sentir sem forças para exigir a correção de rumos assim tão desencaminhados.

Agora a denúncia envolve um funcionário subalterno, o que, no entanto não faz menor a gravidade de seu perjúrio, se houve. Com um agravante: a confirmação pelo Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato, de que ouviu a declaração formulada pelo empresário que teria sido achacado, relato que foi levado também, ao então Ministro das Comunicações, Sr. Luís Carlos Mendonça de Barros, o que está devidamente confirmado na reportagem aqui mencionada.

Houve fraude? Não a houve? Há corruptos ativos e passivos ou não existem? Enfim, de que maneira encaminhar todo o processo senão ouvindo os mais diretamente implicados, o que, no caso do Ministro, vale observar não o é na fraude, ela mesma, mas no manter-se em silêncio por longos anos, esquecido de sua responsabilidade de cidadão, sobrelevada pela de Ministro, no sentido de formular denúncia concreta a fim de que, apurados os fatos, se conseguisse mostrar, uma vez mais, que a impunidade tem que ser riscada de nosso meio,



LIDERANÇA DO PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS

para que a cidadania respire aliviada e sinta que, afinal, se adotam providências concretas no sentido de por um cobro a essa carroça de fraudes e frustrações que se arrasta dolorosa e lentamente por nossa história mais recente.

Por esta razão, estou, nesta data, apresentando este requerimento de convocação ao Ministro da Educação para que compareça a esta Câmara e, de viva voz, nos dê a versão juramentada sobre o que de fato ocorreu. E para o que venho pedir o apoio de meus ilustre pares.

Sala da Comissão, de de 2002.

Deputado Agnaldo Muniz
PPS / RO

